ATA Nº 8

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

Estiveram presentes:

- José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (Aqui há Porto)
- Virgínia Celina Braga Sendino Cardoso Pinheiro (Aqui há Porto);
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (Aqui há Porto)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (Aqui há Porto)
- Albino Bruno Silva Ramos (Aqui há Porto)
- Rosa Maria Tavares Duarte (Aqui há Porto)
- José António da Rocha Pinheiro (Aqui há Porto)
- Silvia Lopes Soares (PPD/PSD)
- Ana Margarida Pinheiro Povo (PPD/PSD)
- Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD)
- Sara Azevedo Vilela Montenegro (PPD/PSD)
- Ema Gabriela Rodrigues de Sousa Quinto Barcelos (PS)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Tânia Fernanda Silva Teixeira (PS)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (CDU)
- Joana Pereira de Magalhães Cruz (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José António da Silva Barradas (Aqui há Porto), substituído por Virgínia Celina Braga Sendino Cardoso Pinheiro (Aqui há Porto);
- Maria de Araújo Correia de Morais Saraiva (PPD/PSD), substituída por Ana Margarida Pinheiro Povo (PPD/PSD);
- José Pedro Faria da Fonseca (PPD/PSD), substituído por Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD);
- Octávio José Bento Gonçalves (PS), substituído por Tânia Fernanda Silva Teixeira (PS);

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- 1º Secretário Carla Elisabett de Oliveira e Silva (Aqui há Porto)
- 2ª Secretário Virgínia Celina Braga Sendino Cardoso Pinheiro (Aqui há Porto)

Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início a Assembleia de Freguesia ordinária, tendo passado a verificação das presenças dos membros desta Assembleia. Passou-se de seguida para a ordem de trabalhos.

Inscrições antes da ordem do dia:

Intervieram:

- **Tomé Meireles,** interveio para falar sobre o concurso das velas para o Cemitério de Lordelo do Ouro que decorreu no ano passado e tendo ficado em quarto lugar. Os outros concorrentes não levantaram as licenças e a dele não pode levantar, devido a um problema jurídico. Gostava de saber se o mesmo já foi ultrapassado.
- Presidente da Assembleia de Freguesia, não audível.
- Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho, cumprimentou todos os presentes. Interveio para esclarecer que efetivamente essa questão foi colocada. No ano que concorreu a venda ambulante do Cemitério, o Sr. Tomé não contestou e ficou em quarto lugar. Em relação as outras pessoas que ficaram em primeiro, segundo e terceiro lugar, efetivamente são familiares, mas no regulamento nada diz que haja impedimento. Os mesmos foram notificados para levantarem a licença, o primeiro não veio e existe procedimentos a serem tomados. Entretanto houve novo concurso e a colaboradora Madalena Armando

IOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

telefonou ao Sr. Tomé a avisar, tendo o Senhor comunicado que não concorria devido a questões de saúde. Neste concurso ninguém concorreu.

- Casimiro Calisto, CDU, para quem tem memória este caso é um caso que se arrasta há muitos anos. Há todo um historial. Há uma coisa que que queria realçar. Pode não haver condições jurídicas para afastar ninguém por questões familiares. Mas esta situação não é a primeira pois já houve um concurso e aconteceu a mesma coisa. Acha que a Junta no interesse de todos, que para isso que há uma venda ambulante, tem de se precaver e em relação ao que foi dito nada tem a acrescentar, mas temos de ver se o concurso foi específico para o dia de fiéis ou se é um concurso mais geral. Este estratagema de pessoas blindarem a chegada de outros concorrentes não é de bom tom e a Junta devia se munir de meios para evitar que esta situação se repita.
- Joana Cruz, BE, em relação as vendas ambulantes as Juntas têm o poder de regulamentar e pergunta quando haverá outro concurso para ser preparado de outra forma.
- Presidente da Junta, Sofia Maia, cumprimentou todos os presentes. A situação do Sr. Tomé vem de vendas ambulantes de Lordelo do Ouro a muitos anos, situação que na altura não estava legalizada e foi passando de ano para ano. Em 2013 houve a União das Freguesias e por coincidência e a venda ambulante passa das Câmaras para as Juntas e passa também a ser por concurso, deixando de haver lugares fixos. Solicitou a Polícia Municipal para deixar um lugar fora do Cemitério, porque quem explora a loja do Cemitério não deixa que haja mais vendedores, pois existe concorrência, e consegui criar um lugar em plena via pública. O concurso é a vista de todos interessados, há um sorteio e infelizmente o Sr. Tomé não tem tido sorte. O executivo está a estudar o assunto para que não se volte a repetir, em que o Senhor Tomé era o quarto e enquanto não chegava ao seu lugar, a nível legal, pois existem prazos, caso passou um ano e o próprio Cemitério ficou sem venda ambulante, prejudicando os fregueses.
- Joana Cruz, BE, interveio para apresentar uma proposta de "Criação de uma comissão permanente de acessibilidades".
- Tânia Teixeira, PS, cumprimentou todos os presentes. Interveio para informar que o PS irá votar a favor da proposta do BE, embora não concordem com todos os considerandos. Informa também que as pessoas devem ser respeitadas e integradas na sociedade, uma sociedade mais igual e inclusiva, sendo assim importante a criação da comissão e do trabalho em rede com todas as associações.
- Cláudia Costa, Aqui Há Porto, cumprimentou todos os presentes. Relativamente a moção apresentada pelo BE, tem um caracter pessoal no que diz respeito a este tema. Trata com grandes sinistrados, nomeadamente com pessoas com deficiências graves e que se deslocam diariamente de cadeira de rodas, faz pedidos diariamente para que as acessibilidades sejam melhores. Irão votar contra, porque a moção tem incorreções a nível das competências da Junta de Freguesia, dado que não é uma competência da Junta, mas sim da Câmara; não é através da criação de mais uma comissão que estas

questões se resolvem; são questões muito pertinentes, mas é a através a nossa proatividade, de algumas ações que a Junta de Freguesia já teve.

- Ana Povo, PSD, cumprimentou todos os presentes. Relativamente a proposta do BE, vem por este meio justificar a intenção de voto da bancada do PSD, que será a abstenção. Mesmo considerando este assunto de máxima importância, não acham que seja com a criação de comissões de trabalho que se resolve, pois é prolongar mais os problemas já existentes.
- Casimiro Calisto, CDU, o nosso sentido de voto é a favor porque não nos aflige o trabalho. Nós procuramos ao longo do nosso percurso aqui sermos proativos, trazendo sempre situações em que a CMP e a Junta podem muitas vezes, basta ver o relatório de atividades, acolher e a junta muitas vezes acolhe. O nosso voto é favorável porque entendemos que o funcionamento da comissão, a extensão da comissão, a frequência das reuniões é algo que se discutiria quando a comissão estivesse formada. O importante é trazermos achegas para que a Câmara e a Junta tenham êxito. Estamos a falar da mobilidade reduzida, mas todos nós estamos a ficar mais idosos e podemos não ter necessidade de cadeiras de rodas, e temos uma realidade. Basta viajarmos pela freguesia, basta estarmos na freguesia para percebermos que há muita coisa a fazer no que concerne a deslocarmo-nos com segurança. Votamos a favor.
- Joana Cruz, BE, devido às incorreções e ao facto da comissão não ser consensual, pediu para retirar a proposta e reagendar com alterações que serão feitas para a próxima sessão.
- **Delfim Sousa, CDU,** para apresentar uma Moção "Em defesa do Teatro Independente do Porto e em especial da SEIVA TRUPE"
- Cláudia Costa, Aqui Há Porto, interveio para informar sobre o sentido de voto da bancada e os motivos pelos quais irão votar contra. Esta moção com algumas pequenas diferenças foi apresentada na Câmara Municipal do Porto e foi rejeitada. Portanto, não acha que seja coerente a apresentar novamente uma moção que foi rejeitada; a Câmara do Porto tem quatro virgula, quatro por cento do seu orçamento afeto a cultura e existem muitos indivíduos que também tem direito a este subsídio e pensa que a Seiva Trupe também terá a sua quota-parte; não lhes parece que seja das competências desta Assembleia de Freguesia, manifestar ao Sr. Ministro da Cultura a preocupação com o futuro deste teatro independente.
- Ana Povo, PSD, interveio para se pronunciar sobre a proposta apresentada pela CDU e informa que a bancada do Partido Social democrata irá abster-se, dado que este pedido foi votado na Câmara Municipal do Porto, na passada segunda-feira, não compreendem o pedido a esta assembleia para se pronunciarem e a decisão ser remetida a Câmara Municipal do Porto, o que não faz sentido; relativamente a cultura é importante e fundamental que este organismo procurem outras formas de financiamento e não fiquem à espera dos subsídios pagos pelos mesmos.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

- Albina Pacheco, PS, cumprimentou todos os presentes. Em relação a moção do Seiva Trupe o PS irá abster-se, apesar de concordarem com o proposto nesta moção, não sabem se é exequível efetuar um reforço de verbas atribuído no concurso.
- Joana Cruz, BE, em relação a tomada de competências das Assembleias, pensa que esta faz parte e significa também fazer pressão no sentido das coisas mudarem, quer seja na cultura, na mobilidade, na habitação, etc. O BE irá votar a favor.
- Casimiro Calisto, CDU, em relação às competências da assembleia não vai discutir pois lhe parece uma menorização das assembleias de freguesia dizer-se que não se pode discutir este ou aquele assunto. Acha que isto não faz qualquer sentido. Em relação ao caso concreto da Seiva Trupe. A Seiva Trupe é uma companhia teatral que tem um histórico na cidade. Esteve até sediada aqui a poucos metros onde estamos. É do património da cidade, é da freguesia e sinceramente acha que estas considerações não lhe parecem corretas. Acha que fazemos mal como cidadãos, que em nome duma estratificação, duma estanquicidade de competências não discutir estes assuntos. Mas nós estamos cá para isso. Ainda vamos ver assuntos nacionais a serem discutidos aqui apresentados por outras bancadas. Nós não temos qualquer problema em trazer problemas que são gerais e da cidade e não tem de estar fidelizados ao que se passa na Câmara. Nós somos independentes, somos uma Assembleia de freguesia. Este argumento não colhe.

Presidente da Assembleia de Freguesia, colocou a votação a moção "Em defesa do Teatro Independente do Porto e em especial da SEIVA TRUPE":

Contra – 7 (Aqui Há Porto)
Abstenções – 9 (5 PSD; 4 PS)

Favor – 3 (2 CDU, 1 BE)

- Casimiro Calisto, CDU, para apresentar uma Moção "Pela reabertura do caminho que ligava a Rua de Paulo da Gama à marginal do Rio Douro". Disse que este caminho foi fechado em novembro de 2020, caminho muito antigo e que teve algumas beneficiações ao longo do tempo e sobreviveu a algumas modernizações efetuadas naquele lugar, a ETAR e a Pousada da Juventude, com ligação da Rua de Paulo da Gama à marginal. Os transtornos são enormes e as pessoas daquela zona pedem para não deixarmos esquecer esta violência que é o fecho do caminho. O argumento que é por causa da insegurança e da toxicodependência não colhe porque do outro lado das escadas da ETAR fizeram um corredor com rede alta, que só dá para quem caminhar por ali. As pessoas que lá moram, as pessoas que lá trabalham, dizem que são esquecidas, porque se construiu ali um empreendimento com alguma dimensão e que os donos ficaram incomodados por se transitar por cima. Dizem que o caminho já existia antes do prédio ser feito. A CDU pretende que se reencaminhe esta decisão que é da Freguesia e não foi

votada na Câmara, para quem manda na Cidade faça alguma coisa, dado que as pessoas estão desiludidas com quem diz que o Porto é para os portuenses.

- José Pinheiro, Aqui Há Porto, cumprimentou todos os presentes. Interveio para enquadrar o sentido de voto da bancada e como disse o Deputado Casimiro Calisto, o executivo compreende a necessidade a reabertura do caminho, mas temos de pensar na segurança dos nossos fregueses e como tal são feitos estudos, inquéritos e neles continua a existir problemas de insalubridade, de toxicodependência com relatórios da PSD com resultados negativos quanto a insegurança e assim não podem tomar uma posição radical, com a noção da existência desses perigos. Se estas alterações se inverterem, estarão perfeitamente enquadrados na ideia. Neste momento e em defesa de todos irão votar contra.
- Ana Povo, PSD, o Partido Social Democrata fez sua campanha na abertura desta ligação. Mas hoje tem muitas dúvidas, relativamente a intenção de voto e como tal necessita de alguns esclarecimentos; se existe algum documento da proteção civil a opor-se a abertura da rua e se podem ter acesso ao mesmo para analise e propõem que este ponto seja votado numa próxima assembleia para refletirem sobre ele e votarem em consciência.
- Presidente da Assembleia de Freguesia, não audível.
- Casimiro Calisto, CDU, interveio para dizer que quem já esperou dois anos, obviamente espera mais um pouco, mas duvida desse estudo, porque senão a freguesia tinha toda de ser fechada. Disse que retiram a moção e trazem-na para a próxima Assembleia.
- Sofia Maia, Presidente da Junta, interveio para falar sobre estas situações, sendo um tema que fala todos os dias com o Vereador Filipe Araújo, Pedro Baganha. Como sabem uma parte desse terreno é do SMAS e outra parte é de particulares e foi comunicado pela Câmara Municipal do Porto, que a CDU já tinha abordado por escrito a Câmara e tinha recebido uma resposta da proteção civil. Compreende que a nível da Freguesia, existem situações que ninguém gosta de ver. Quanto ao caminho foi fechado por insalubridade, pela toxicodependência, pelo acampamento e já abriram outro. A proteção civil informa que não estão reunidas as condições para abrirem o caminho para as pessoas idosas, crianças, mas se todos aceitarem, pede a Câmara para fazer chegar todas essas situações e explicações.
- Gabriela Barcelos, PS, cumprimentou todos os presentes. Interveio para solicitar algumas questões de esclarecimentos; não tem conhecimento da existência de uma casa abrigo na freguesia; se existe ou não; e se em caso negativo se alguma vez foi feito algum contato com entidades que trabalhem nessa área no sentido de verificar a viabilidade dessa hipótese; se tem conhecimento da situação atual da União Desportiva de Massarelos e se está prevista alguma iniciativa para ajudar esta União, no sentido de evitar o encerramento; se existe um agendamento para a poda das árvores no Cais das Pedras, pois causam problemas nas caleiras das casas; nesta mesma zona existe problemas de limpeza nas ruas; se existe algum plano para o reaproveitamento do espaço que pertencia a PSP.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

- Miguel Guimarães, Vogal da Junta, cumprimentou todos os presentes. Em relação a União Desportiva de Massarelos, a mesma tinha uma divida com a Unicer a pelo menos oito anos e foi esta Junta e este executivo que conseguiram o perdão da divida, resolvendo esse problema. Depois disso não houve nenhum contacto da União com esta Junta, nem um agradecimento e se existe algum problema com esta Junta, a mesma pode vir falar com o executivo.
- Sofia Maia, Presidente da Junta, interveio para falar sobre a União Desportiva, pois é complexo dado terem estado com essa situação e ter tirado algum tempo, falar com os juristas da Unicer e não andaram a pagar dívidas da União Desportiva, mas anteciparam o subsídio das coletividades e isso foi levado a reunião de executivo, para solucionar a situação desta União. Até ao momento esta União não enviou nenhum email ou telefonema a comunicar alguma situação que estivesse desagradada. Em relação a casa sem-abrigo, no Porto existe Hospital Joaquim Urbano e não existe uma casa que se possa replicar, o que era bom, principalmente na zona ocidental. As casas sem-abrigo não são uma competência da Junta e caso haja alguma situação complexa, comunicam com a Segurança Social e arranjam um local. Em relação a poda das árvores, não é em qualquer momento que se pode fazer isso e da limpeza da rua, ainda hoje estavam a limpar; quanto ao reaproveitamento do local é de um edifício privado e nada pode ser feito.
- Casimiro Calisto, CDU, dentro do estilo de trabalho da CDU, trazem sempre qualquer coisa da freguesia. Não vai falar aqui das trotinetes, nem dos abrigos, mas da necessidade de se dar publicidade/visibilidade aos Balneários do Largo da Maternidade e para que se instale semáforos (ou outra sinalização) no cruzamento da Rua do Breiner/Largo da Maternidade/Rua Adolfo Casais Monteiro para que se evitem mais acidentes. Para que se resolva na Rua do Campo Alegre junto à Rua de Rua de Rúben A., o constrangimento da via devido à proteção de tampa de pavimento que está partida. Perguntou se já foram retomadas as relações da junta com os responsáveis da Sala de Consumo Assistido. Disse que está a arrancar uma obra paredes meias com a Escola de Lordelo e gostava de saber se existe algum desenvolvimento, se vai ser usado e acha que era uma mais-valia para a Casa de Lordelo.
- Tânia Teixeira, PS, não gravou
- Miguel Guimarães, Vogal da Junta, interveio para informar que o Sr. Presidente da Mesa tentou entrar em contacto várias vezes com a APDES e nunca obteve uma reposta oficial e passou a responsabilidade para o executivo da Junta de obter respostas. Falou com o Sr. José Queirós, pessoa responsável pelo consórcio, o qual ligou hoje a informar que esteve reunido hoje na Câmara Municipal, tendo apresentado as suas desculpas por não ter respondido as solicitações efetuadas pelo Presidente da Mesa e que hoje foi apresentado o balanço do primeiro trimestre, sendo os mesmos positivos. Solicitou-lhe em janeiro deslocar-se a Junta, a esta Assembleia para prestar esclarecimentos a todos presentes e a população, o qual acedeu. Foi pedido uma visita a sala de consumo assistido, para todos os membros, população e associações, o qual acedeu. Espera que figue resolvido em janeiro.

Ordem do dia:

Ponto 1 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia de 16 de novembro de 2022; Não houve intervenções.

Colocado a votação o ponto um:

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 11 (1 CDU; 3 PS; 3 PSD; 4 Aqui Há Porto)

Ponto 2 — Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023;

Intervieram:

- Nelson Trindade, Contabilista Público, interveio para apresentar o Orçamento para o ano de 2023.
- Silvia Soares, PSD, interveio para agradecer a apresentação quer ao executivo e ao contabilista da Junta. Os documentos apresentados são muito complexos e de grande qualidade e congratula a Junta pelo trabalho. Alguns considerandos sobre este orçamento: par analise do documento necessitam de contextualizar o nível social e económico .. e da cidade também; incerteza nos mercados no tempo de pandemia, o qual agravado pela invasão da Ucrânia, crise dos combustíveis e subida das taxas de juro ... Para este orçamento de 2023 o PSD, irá continuar com uma politica de devolução da parte de impostos aos portuenses, nestes momentos difíceis que se estão a passar; apostam na segurança e na sustentabilidade ambiental com reforço das verbas para iluminação pública e mobilidade; estas medidas irão beneficiar os fregueses e melhorar o seu dia a dia; em relação as duas grandes linhas o orçamento, receita versus despesa, verificam que as receitas estão em linhas com as dos anos anteriores; em relação a despesa em 2022, assistem a uma subida; estão de acordo com este orçamento mais conservador, atendendo ao momento difícil em que se vive; dar nota que o executivo introduziu as notas apresentadas pelo PSD para este orçamento. Face ao documento apresentado e as suas explicações apresentadas, o PSD irá votar favoravelmente.
- Casimiro Calisto, CDU, interveio para informar que se irão abster. As propostas apresentadas pela sua bancada umas foram incluídas outras não. Em relação ao Plano, acha positivo a Junta empenhar-se na remodelação na Freguesia, que se empenhe para que as obras na Nova Urbanização das Condominhas se estenda

aos 3 outros blocos. Concordou com a indicação do executivo para que se remova a

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

cobertura do amianto no Bairro Bessa Leite e com a sua preocupação com o Bairro do Bom Sucesso. Gostaria que a Rua Direita também chegasse a Bairro Sidónio Pais, com casas fechadas, com o exterior em mau estado. Relativamente as assembleias existe em Lordelo a sala da cultura, na qual também se deveriam fazer naquele espaço. No geral estão muitas ideias positivas com uma grande atenção à parte social. Falou sobre o bemestar dos colaboradores, de equipamentos, fardas, equipamentos. Relativamente ao Mapa de pessoal pediu que confirmassem se as novas admissões em 2023 são na sequência de um concurso já concluído ou este ainda decorre. No investimento do ano anterior, havia uma parte considerável para os edifícios, pergunta se já formam usadas pois a diferença é grande para o que aparece neste momento.

- Joana Cruz, BE, interveio para dizer que as reflexões do BE, tem mais a ver com as Grandes Opções do Plano, tendo algumas coisas em contraditório com a maneira de pensar do BE. Não vai ser exaustiva, mas ao contrário do PCP, irá votar contra o orçamento. Quantos aos pormenores, duas coisas mais específicas e perguntas concretas no final; uma tem a ver com uma questão linguística na página doze, educação e juventude, promoção da realização de ações de esclarecimento de diversos temas; não sentiu que as propostas do BE, tivessem sido incluídas e facilmente acrescentariam a questão que foi aprovada no último mandato, sobre as rodas de bicicletas e o uso de meios de transporte mais sustentáveis; na parte da educação era fazível mas tem a ver com a própria promoção da redução de ações; toxicodependência esta palavra aparece em vários documentos, tem uma conexão muito negativa com a utilização de substâncias mais pesadas e tem uma abordagem patológica e clínica; a abordagem como junta é para além dessa parte da clínica e patológica do individuo, mas também uma abordagem ecológica e de outras pessoas que não consomem, propõe o fenómeno social ligado as drogas e não limitá-la a questão clínica do consumo; insegurança que provoca nos outros transeuntes, compra e venda que é um problema; a prevenção, promoção de realização de ações de esclarecimento, tem-se provado ineficazes, pois alguns jovens tendem a aumentar a curiosidade e não a ser dissuasor, portanto rever esta situação; questão de habitação e segurança na página vinte e um, informa que continuam a colaborar com a Câmara Municipal do Porto e pergunta quais os resultados desta colaboração; o que é que está impedir o avanço destas obras e como se pode ultrapassar a questão das propriedades mistas; programa Casa Renovada, vida melhorada e que tem uma alocação de mil euros nesta Freguesia, parece um valor baixo e para que servem; descentralização das reuniões das Assembleias.
- José Pinheiro, Aqui Há Porto, interveio para falar sobre o orçamento que foi apresentado, um orçamento é o queria para todos os investimentos que poderão existir, tendo em conta as condições do país, do mundo e todos os fatores que o podem alterar; por aquilo que viu, deve dar os parabéns, pois foi um pouco ousado na forma como foi aplicado, mas com muita consciência e tem a certeza que a execução, não vai ser pequena, vai ser grande e se vamos cumprir devido aos fatores que se vivem. Vemos no investimento, as mesmas preocupações, a mesma canalização do investimento e mesmo agora que o próprio do país chama a canção para os recursos humanos, uma preocupação de ajustar esse esse fator que é importantíssimo, porque sabemos que o

que vem por aí não é controlável e o mundo para as pessoas e o orçamento está virado para as pessoas. Congratula-se por esta União de Freguesia apresentar um orçamento da forma que apresentou, com o seu total apoio e colaboração.

- Sofia Maia, Presidente da Junta, interveio para agradecer todos os contributos que foram dados, da parte da CDU, BE, PSP, PS, Aqui Há Porto, foram vários os contributos, muito interessantes e fica contente que as forças politicas desta Freguesia, se envolvam tanto e façam chegar tantos contributos; em relação aos contributos, Deputada Joana, todos foram ouvidos e analisados, analisaram ponto a ponto os contributos e não quer dizer que não irão executar algumas situações, tanto do BE, como do PS, a questão é que a CDU como o PSD, houve contributos em que tiveram criar rubricas próprias no orçamento, situações em que tinham que ter valores; o PSD em relação a uma situação da saúde mental, a CDU em relação a uma um gabinete de apoio ao associativismo; não quer dizer que os outras situações que foram enviadas pelos outros partidos, não sejam contempladas, não precisam é de uma rubrica, maior parte delas não precisam de despesa, precisam do trabalho e intervenção deles, por isso quer agradecer os contributos; vive-se momentos complexos e acha que um orçamento de uma junta de freguesia, deve ser sempre para o social, deve ser sempre o principal objetivo; na cidade já há situações, para espetáculos, esculturas, não querem deixar de fazer vários programas, como concurso de Fado Amador, mas acha que mais do que nunca tem de ser um orçamento virado para o social, tendo já reforçado o fundo social de emergência; tem cerca de 400 pedidos de cabazes, até ao dia de hoje; existência de uma situação que é completamente favorável a que hajam atualizações salariais para os funcionários públicos, a grande questão e já fez chegar a Anafre, como membro do conselho diretivo, é que o valor do FFF, não veio acompanhou esses aumentos salariais; já fizeram chegar a Anafre um pedido para que o governo possa rever esses valores, porque houve um descongelamento há cerca de 2 anos ou 3, o que aumentou imenso os salários e agora houve mais um para todos os assistentes técnicos e técnicos superiores; não se pode continuar com estes aumentos e não haver mais verbas para as instituições neste caso para a Junta de Freguesia, por isso fizeram esse pedido junto do governo através da Anafre e irão também ter uma reunião com a Câmara Municipal do Porto, porque todas as situações, como é o caso da alimentação, luz, água, combustíveis, está mais caro e no relatório e contas de abril, irão ver uma diferença, a partir mais ou menos de junho, julho deste ano, com os aumentos da alimentação para o Centro Social da Arrábida, para os centros de dias, para os combustíveis e espera da próxima vez vir com algumas novidades positivas do da parte do governo, como da Câmara para a Junta de Freguesia, para que possam executar aquilo a que se predisponham a nível social, mas não podem continuar com o mesmo FFF, sem haver uma atualização e também dos valores da Câmara Municipal do Porto; Deputada Joana, em relação à Casa Repara, Vida melhorada, existe uma questão nesta Freguesia, havendo uma grande diferença para outras freguesias, dado que nesta Freguesia existe muita habitação social e este programa não dá para habitação social, mas sim para habitação privada; a nível de habitação privada, temos a de grande luxo e as outras situações, tem sido muito pontuais e na habitação social, tem de ser a Domus Social, daí uma grande diferença para uma Freguesia de Ramalde, Bonfim que não tem tanta habitação social, tem uma habitação pobre e pode incluir esse programa; ao contrário do Porto Solidário, já tem bastantes pedidos a nível do arrendamento, é um programa muito interessante, mas não tem população para este tipo de situação.

Colocado a votação o ponto dois:

Contra - 1 (BE)

Abstenções – 6 (4 PS; 2 CDU)

Favor – 12 (5 PSD; 7 Aqui Há Porto)

Ponto 3 — Apresentação do Sistema de Gestão da Qualidade e Responsabilidade Social;

Intervieram:

- Paula Martins, Vogal da Junta, cumprimentou todos os presentes. Antes da apresentação do ponto, comunicar que hoje foi o terceiro dia dos últimos três dias de auditoria, da auditoria da Qualidade e da Responsabilidade Social, em que vem uma entidade externa, entidade certificadora que vem avaliar a conformidade com os requisitos da norma pelos quais são implementados e certificados, norma da qualidade 9001:2018 e a norma da responsabilidade social, 4469. Esta apresentação é feita, dado que a Assembleia de Freguesia, é o órgão máximo de uma autarquia e é uma parte interessada e a necessidade de obter o vosso feedback no que diz respeito a aspetos da responsabilidade social. A UFLOM, foi a União das Freguesias, no mandato 2013/2017, logo no início de 2013 e em 2014, a primeira União de Freguesias a fazer a certificação nestas normas, a nível nacional. Coloca-se a questão, o porquê de se implementar o sistema de responsabilidade social, em que a mesma assenta em três grandes pilares, o económico, o social e o ambiental; nenhuma organização é obrigada a implementar um sistema de gestão, é um ato voluntário, é um ato que quiseram tomar e que a Doutora Sofia, quis dar continuidade e só demonstra o objetivo de evidenciar perante a comunidade, a sociedade, em como tem um conjunto boas práticas, que são verificadas ao longo do ano em vários momentos, auditorias internas e externas e portanto, quererse continuar com esta boas práticas. O Deputado Casimiro Calisto quando dizia ter perda de água no cemitério, ter colaboradores satisfeitos, isto são aspetos da responsabilidade social; preocupação de um ambiente saudável, seguro, melhorar a comunicação interna e externa com as partes interessadas, tudo o que pode interessar à União das Freguesias ou ao utente ou beneficiário da União das Freguesias, colaboradores, Assembleia de Freguesia, seja fornecedores, utentes, toda a sociedade que gravita em volta da União das Freguesias, são uma parte interessada. Preocuparemse com questões de sustentabilidade, dado termos um planeta quase moribundo, e

temos de nos preocupar em desenvolver as atividades económicas com maior sustentabilidade possível, sem esgotar os seus recursos. Sustentabilidade social, os direitos humanos, a igualdade, a inclusão, uma sociedade mais justa, com preocupações com a comunidade local, a nossa Freguesia, mas também a nascente, a poente se deve disseminar ao longo do nosso território. Contribuir para a sustentabilidade económica, ser os mais eficientes possíveis, isto é produzir o máximo que se pode com o menor número de recursos, sejam humanos, técnicos, financeiros e quando uma economia cresce todos ganhamos e, portanto, todos devemos ter preocupações de natureza económica. Por último, ambiental, preocuparem-se na freguesia e na sociedade em reduzir ao máximo o consumo de água, fazendo a monitorização desses gastos, o consumo de energia, procurando ter janelas mais eficientes e outro tipo de eficiência energética; poluição dos solos, a poda das árvores, as questões de intervenção humana e, portanto, a biodiversidade. Posto isto, a sustentabilidade anda de mãos dadas com a responsabilidade social; são requisitos da norma e têm de se cumprir em qualquer um destes pontos e são aleatoriamente auditados por qualquer um desses pontos e caso o auditor entenda que deve ver o planeamento operacional ou o compromisso da gestão, assim o fará. A responsabilidade social, organização responsável pelos impactos das suas decisões e são essas preocupações, que se devem avaliar e refletir na nossa atuação; ser consistente com o desenvolvimento, exploração de recursos de forma a garantir a continuidade aos nossos filhos, aos nossos netos e assim sucessivamente. Por último, expectativas das partes interessadas, em que temos de colher as expectativas de todas as partes interessadas, distribuindo declarações aos fornecedores, distribuindo inquéritos aos colaboradores e à assembleia se pede que entreguem ainda hoje.

- Silvia Soares, PSD, interveio para dizer que depois da apresentação, para congratular o querer abraçar um desafio desta natureza; quer na qualidade e na responsabilidade social, são duas normas extremamente exigentes e fácil reconhecer a qualidade, mas é muito difícil segui-la. Acha que neste contexto, com a situação pandémica, com todos os constrangimentos dos últimos dois anos, a junta disponibilizar e percebeu hoje que se certificou já nas normas, acha que é de louvar e o PSD, vê com agrado que a junta assuma estes compromissos; aproveita dado que já estão certificados, colocar um desafio; depois desta certificação, depois deste trabalho, depois das auditorias internas, a responsabilidade social é um desafio e para a junta é um trabalho acrescido e que ela e o PSD reconhecem este esforço acrescido da parte do executivo e de todos os colaboradores, na implementação e na manutenção desta experiência. Pensar também na certificação 27001, da segurança e proteção, dado que acha fazer todo o sentido porque a Junta já tem uma Certificação ISO 9001, poderá também caminhar nesse sentido.

Ponto 4 - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

Intervieram:

- Maria João Nunes, Secretária da Junta, cumprimentou todos os presentes. Interveio para apresentar o relatório e mais uma vez o mesmo se foca muito na ação social, porque é o mais importante e aquilo que tem notado neste último trimestre, além dos apoios que normalmente dão, é o agravamento da situação social das pessoas na Freguesia, no país, na cidade e em tudo o que fizeram e em relação aos apoios do fundo social de emergência, mas também aquilo que vão fazer durante este mês e depois, como por exemplo, o apoio no caso do gás as famílias carenciadas; agarraram este desafio desde o primeiro dia em que foi proposto às freguesias, pois é muito importante para a população e por outro lado os cabazes de Natal duplicou, a partir do momento em que alargaram a todas as pessoas da Freguesia que precisem e cada vez é importante dar apoio social as pessoas.
- Casimiro Calisto, CDU, disse que nesta informação não está registada a reunião com a Metro em a junta acompanhou moradores afetados pela futura ponte.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Presidente da Mesa, Francisco Pavão

1º secretário, Carla Silva

2º secretário, Virgínia Pinheiro